

Projeto de Lei n.º , de 2011
(do Sr. Arnaldo Faria de Sá)

“Altera o art. 110 da Lei 12.249, de 11 de junho de 2010, que Institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE; prorroga benefícios fiscais; constitui fonte de recursos adicional aos agentes financeiros do Fundo da Marinha Mercante - FMM para financiamentos de projetos aprovados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM; institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira - RETAERO; dispõe sobre a Letra Financeira e o Certificado de Operações Estruturadas; ajusta o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV; altera as Leis nºs 8.248, de 23 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.865, de 30 de abril de 2004, 11.484, de 31 de maio de 2007, 11.488, de 15 de junho de 2007, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.948, de 16 de junho de 2009, 11.977, de 7 de julho de 2009, 11.326, de 24 de julho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 5.615, de 13 de outubro de 1970, 9.126, de 10 de novembro de 1995, 11.110, de 25 de abril de 2005, 7.940, de 20 de dezembro de 1989, 9.469, de 10 de julho de 1997, 12.029, de 15 de setembro de 2009, 12.189, de 12 de janeiro de 2010, 11.442, de 5 de janeiro de 2007, 11.775, de 17 de setembro de 2008, os Decretos-Leis nºs 9.295, de 27 de maio de 1946, 1.040, de 21 de outubro de 1969, e a Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; revoga as Leis nºs 7.944, de 20 de dezembro de 1989, 10.829, de 23 de dezembro de 2003, o Decreto-Lei nº 423, de 21 de janeiro de 1969; revoga dispositivos das Leis nºs 8.003, de 14 de março de 1990, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 5.025, de 10 de junho de 1966, 6.704, de 26 de outubro de 1979, 9.503, de 23 de setembro de 1997; e dá outras providências”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º - o Art. 110 da Lei 12.249, de 11 de junho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 110 – As entidades certificadas até o dia imediatamente anterior ao da publicação da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que prestam serviços assistenciais de saúde não remunerados pelo Sistema Único de Saúde – SUS a trabalhadores ativos e inativos e/ou respectivos dependentes econômicos ou beneficiários, decorrentes dos estabelecido em norma Coletiva de Trabalho ou em lei, desde que, simultaneamente, destinem no mínimo 20% (vinte por cento) do valor total das isenções de

suas contribuições sociais em serviços, com universalidade de atendimento, a beneficiários do SUS, mediante pacto do gestor do local, terão concedida a renovação, na forma do regulamento.

§ 1.º As entidades certificadas até o dia imediatamente anterior ao da publicação da Lei n.º 12.101, de 27 de novembro de 2009, que prestam serviços assistenciais de saúde não remunerados pelo Sistema Único de Saúde – SUS à Autarquia Estadual destinada à saúde, por meio de convênio, cuja oferta e execução de serviços seja igual ou superior a 60% (sessenta por cento) do total de serviços prestados, terão concedida a renovação, na forma do regulamento.

§ 2.º Para atingir o percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), a entidade que preste serviço nos termos do §1.º poderá incorporar ao seu demonstrativo de serviços prestados, até 20% (vinte por cento) daqueles prestados por entidades que estejam sob sua gestão, por força de contrato de gestão, devendo apresentar esse contrato devidamente firmado pelos responsáveis legais das entidades envolvidas, na forma do regulamento.

Art. 2.º - Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Visa abranger situação na qual por meio de Lei ou Convênio com Autarquia Estadual, existe o atendimento médico por entidade não remunerada pelo Sistema Único de Saúde – SUS a uma coletividade. A assistência médica de que tratam estas Leis referem-se a serviços assistenciais de saúde não remunerados pelo Sistema Único de Saúde – SUS e os serviços são prestados aos beneficiários que integram a comunidade. A exemplo da Lei Estadual n.º 452/1974.

Sala das Sessões, em 16 de agosto de 2011.

**Arnaldo Faria de Sá
Deputado Federal – São Paulo**